

PT e PRN têm enfoques antagônicos na dívida externa

PT promete livrar da moratória os bancos oficiais

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — Os bancos oficiais e as entidades multilaterais de crédito, como o Clube de Paris, devem ficar fora da moratória unilateral da dívida externa que será anunciada no dia 16 de março, numa eventual vitória de Luís Inácio Lula da Silva. O objetivo do PT, caso chegue ao poder, será fortalecer as relações do Brasil com entidades oficiais, como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para assegurar financiamentos indispensáveis à retomada do crescimento econômico.

Os pagamentos aos bancos oficiais devem ser mantidos, porque eles garantem créditos de fomento importantes — explicou Guido Mantega, um dos principais assessores econômicos do PT. Segundo ele, em nenhum momento o programa de governo do seu partido previa a inclusão dos créditos de curto prazo — que financiam as exportações e importações brasileiras — e das entidades oficiais na moratória. No entanto, somente nos últimos dias, os economistas do PT deixaram claro que as dívidas com estes dois setores continuariam a ser pagas. A abrangência da proposta do partido de suspensão dos pagamentos ao exterior, assim interpretada inicialmente, chegou a ser alvo de duras críticas pelo PSDB.

Auditoria — A assessoria de Lula ainda está detalhando a estratégia de governo em relação à dívida externa. Por enquanto, já está definida a manutenção da moratória técnica em que se en-
contra o governo brasileiro desde setembro, quando suspendeu o pagamento de uma parcela de US\$ 2,7 bilhões aos credores privados, para evitar perda de reservas. No dia 16 de março, o eventual governo do PT anunciará a decisão oficial de não retomar o pagamento da dívida de médio e longo prazos aos credores privados. Essa parcela equivale a US\$ 58,9 bilhões do estoque total do endividamento externo do país, que deve ser de US\$ 109 bilhões em 31 de dezembro deste ano, segundo estimativa do Banco Central. Os restantes US\$ 33,4 bilhões são créditos junto a instituições oficiais e outros US\$ 7 bilhões a bancos brasileiros.



Moratória imediata, com exceção dos bancos oficiais

Lula

A moratória será mantida até a conclusão de uma auditoria em todos os contratos assinados com bancos privados, ainda que o governo tenha dinheiro em caixa. A auditoria deve ser feita por um pool de empresas privadas, que devem concluir se houve ou não irregularidades na contratação da dívida. Imediatamente a posse, no entanto, devem ser suspensos também os pagamentos a bancos oficiais e créditos de curto prazo, até que o novo governo conheça a situação efetiva do caixa do Brasil. Essa suspensão seria curta e já esperada pelos credores, segundo Mantega, porque ela sempre acontece nos períodos de troca de governo, não chegando a configurar uma moratória.

Mordomias — O PT espera que, ainda durante o processo de auditoria, os bancos credores privados procurem o novo governo para renegociar as condições de pagamento da dívida. Na avaliação de Mantega, interessa aos credores manter boas relações com o Brasil. "O Citybank tem bons lucros com suas agências brasileiras e, por isso, não lhe interessa um rompimento", cita, como exemplo. No período de renegociação, o PT pretende rejeitar o pagamento de créditos eventualmente identificados como irregulares pelos auditores. O limite máximo para o pagamento anual dos encargos da dívida externa será fixado na mesa de negociações, mas o governo deixaria claro que a remessa de recursos aos credores estaria subordinada à retomada do crescimento da economia brasileira.

As negociações conduzidas por uma equipe do governo petista, garante o economista, não teriam as mesmas mordomias atuais. Mantega conta que está prevista a anulação de uma cláusula do acordo do governo brasileiro com os credores, que debita ao Brasil o pagamento de todas as despesas do comitê de negociadores dos bancos. Para ele, a anulação será um sinal de mudança de postura, pois o PT pretende "acabar com a subserviência" do país ao capital estrangeiro.

O anunciado fim da subserviência, ressalva o economista, não significa que o eventual governo do PT queira romper relações com o capital internacional. "Nós precisamos desse capital para assegurar o desenvolvimento", afirma. A proposta do partido é aprimorar as relações com o Banco Mundial e o BID, porque esses organismos teriam disponibilidade de recursos e vontade de financiar projetos na América Latina.

Com soluções completamente antagônicas no campo econômico PT e PRN mostram receituários próprios em relação à dívida externa e a forma de negociação com os credores internacionais. Os economistas do PT pregam a moratória unilateral da dívida já no dia 16 de março, embora agora excluindo os bancos oficiais e as entidades multilaterais de crédito, como o Clube de Paris, ao mesmo tempo que procurarão fortalecer o diálogo com o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Fora da proposta de moratória do partido estão ainda os pagamentos relativos aos créditos de curto prazo, que financiam os programas de exportações e importações brasileiras. Outra prioridade dos economistas de Lula é a realização de uma auditoria na dívida, que ficará a cargo de um pool de empresas privadas.

A opção do PRN é retomar o processo de conversão da dívida em investimento, iniciado e interrompido pelo governo no ano passado. A equipe econômica do partido propõe também que, além da União, estaduais, governos estaduais e municipais — responsáveis por 80% do total do débito — renegociem diretamente com os credores. O papel do governo, segundo os assessores de Collor de Melo, será ditar alguns parâmetros, como o volume de recursos que poderá ser negociado mensalmente e as áreas e os setores a serem beneficiados. Outra idéia defendida pelo PRN é a redução do pagamento anual de juros. O partido quer, uma vez no governo, remeter aos credores um máximo de US\$ 5 milhões por ano e não os US\$ 10 bilhões de hoje.

PRN vai retomar troca de títulos por investimento

Nilton Horita

SÃO PAULO — O processo de conversão de dívida externa em investimento (troca de títulos dos débitos brasileiros, com desconto, por dinheiro para investimento produtivo), iniciado e interrompido pelo governo federal em 1988, será retomado caso o vencedor das eleições presidenciais de 17 de dezembro seja Fernando Collor de Mello, do PRN. A idéia da equipe econômica do PRN é promover o retorno desse mecanismo juntamente com outras alternativas que se voltam no mesmo sentido de abater o estoque da dívida externa do Brasil.

Essa opção é praticada por outros países devedores, como recompensa de títulos dos débitos do país em poder dos bancos credores, aproveitando o deságio no mercado secundário, e troca por bônus de valor de face inferior ao atual. Com a aplicação destes instrumentos, Collor pretende ter sucesso na negociação com os credores e ganhar folga nos primeiros meses de governo.

Essa linha de atuação de Collor de Mello, de acordo com um dos assessores econômicos do candidato, Antônio Pargana, que coordena a área de comércio exterior, já foi apresentada aos bancos credores. "Ninguém disse sim ou não, mas sentimos boas perspectivas", afirma ele. Pargana, sócio de Zélia Cardoso de Mello, principal assessora econômica de Collor, na empresa de consultoria ZLC, afirma que a avaliação da equipe é de que a dívida externa é um problema de ordem fiscal, pois 80% do seu total estão diluídos entre os agentes do Estado brasileiro (União, empresas estatais, governos estaduais e municipais), o que resulta em forte impacto orçamentário. Por essa razão, Collor quer que a dívida seja renegociada diretamente entre, por exemplo, o governo do Rio de Janeiro e seus credores externos.

Para essa negociação, Collor pretende incentivar a utilização de todos os mecanismos de mercado. "Quem deve não é o Brasil, mas cada uma das estatais, a União e os Estados", afirma Pargana. "E cada um deles tem um problema diferente. Dessa forma, será liberada a negociação dentro do que a imaginação puder fazer para encontrar soluções". O governo federal, segundo ele, só ditará alguns parâmetros, como

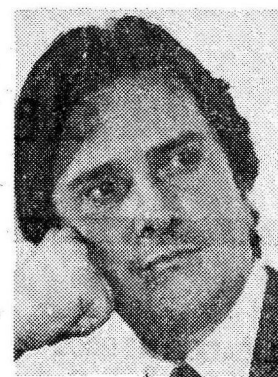
o volume de recursos que poderão ser renegociados mensalmente e as áreas e setores a serem beneficiados. Por exemplo, se o Metrô do Rio tiver uma dívida e o governo estadual não conseguir saldar o compromisso, poderia ser encontrada uma forma criativa de solução utilizando o esquema de conversão.

Quitação — O exemplo é citado pelo próprio Pargana. O governo do Rio poderia quitar esse débito pela sua conversão em investimentos em estradas, com o grupo da iniciativa privada que realizar a operação, recebendo autorização para explorar a concessão de postos de gasolina e postos de pedágio por um período de tempo estabelecido. Para conversões do setor público, o governo Collor pretende condicionar a operação para investimento apenas em infraestrutura, como estradas, telefonia e energia elétrica, ou o que for mais urgente, dentro do critério de cada negociador. "Estamos apresentando nosso pensamento aos credores. É ilógico que nesse momento eles adotem alguma retaliação, pois estaremos justamente iniciando o processo de reestruturação da economia brasileira e precisamos da colaboração deles", afirma Pargana.

Muitos bancos já sinalizam, isoladamente, que acham viável esse tipo de solução. O Brasil, segundo Collor, não tem condições de continuar pagando os cerca de US\$ 10 bilhões anuais de juros aos credores, podendo remeter no máximo US\$ 5 bilhões. Em 1990, o Brasil terá de pagar esses US\$ 10 bilhões e cerca de mais US\$ 5,2 bilhões de juros atrasados pelo governo Sarney. "Até agora os bancos não fizeram nenhuma retaliação diante de um governo que não está fazendo nada para ajustar a economia. Iremos imprimir um forte programa de ajustes econômicos", acredita Pargana.

Os instrumentos utilizados, hoje, pelos países devedores para resolver o problema da dívida são muitos. Os principais são a conversão (troca de dívida por investimento produtivo), recompra de títulos, (o país devedor vai ao mercado internacional comprar a sua própria dívida por valor inferior ao contido nos papéis) a securitização (troca do título por um bônus de longo prazo) e a venda antecipada de matéria-prima.

As três primeiras alternativas utilizam o deságio dos títulos no mercado internacional como instrumento de atração. Um investidor compra um título que traz valor de face de US\$ 100, por exemplo, com 70% de desconto, conforme cotação do mercado internacional. A liberação de cruzados para esse investidor aplicar no país, porém, é feita de acordo com o valor de face do título.



Solução é a retomada do processo de conversão em investimento

Collor